



casa
nobre
um património
para o futuro

ACTAS

TOMO II

Património

Turismo e Desenvolvimento Regional

27 a 29 de novembro de 2014

casa das artes

arcos de valdevez



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 4.º Congresso Internacional
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

Município de Arcos de Valdevez

Data:

Novembro de 2017

ISBN:

978-972-9136-83-2

Património: Estudos, Defesa e Valorização



EVOCAÇÕES DA CASA NOBRE NA TUMULÁRIA ROMÂNTICA¹

JOSÉ FRANCISCO FERREIRA QUEIROZ²

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
E-mail: correio@franciscoqueiroz.com

RENATA ALVES³

Mestranda em Arte, Património e Teoria do Restauro
E-mail: renataalves81@icloud.com

Resumo

Em Portugal, com o surgimento do fenómeno do cemitério romântico, as elites sociais foram abandonando o tradicional hábito de inumar os seus mortos nas capelas dos solares, ou nas capelas vinculadas e privativas existentes em outros edifícios religiosos, nomeadamente em igrejas conventuais. Esta transformação deveu-se a causas de ordem legal, mas também de ordem cultural, entre outras. Porém, houve algumas resistências. Em certos casos, contornando os pressupostos das disposições legais referentes à higiene pública, figuras da principal nobreza do país procuraram evitar o recurso aos cemitérios, ou então tentaram neles replicar os modelos tradicionais de inumação, com recurso a construções tumulares invulgares e de grande monumentalidade.

Nesta comunicação, abordamos alguns destes casos, centrando-nos sobretudo nas figuras do Duque de Palmela (em Lisboa), do Conde do Farrobo (em Vila Franca de Xira) e do Marquês da Graciosa (em Anadia).

INTRODUÇÃO

Antes de haver cemitérios românticos em Portugal, as representações tumulares associadas a casas nobres – fosse em capelas solarengas, ou em capelas vinculadas e privativas existentes em outros edifícios religiosos, nomeadamente em igrejas conventuais – raramente iam além de uma lápide com inscrição, colocada no chão; e mesmo esta tipologia de representação tumular só estava acessível a quem detivesse certo bem-estar económico.

O fenómeno do cemitério romântico implicou uma adaptação a novas tipologias de memorialização, a qual não se processou sem resistência social, mesmo por parte das elites mais bem informadas e

¹ Todas as fotografias são de Francisco Queiroz. Agradecemos a disponibilidade demonstrada pela Câmara Municipal de Lisboa, em especial pela Dr.ª Ana Maria Mimo. Agradecemos ainda ao Dr. Lourenço Correia de Matos, co-autor do estudo introdutório que complementa a transcrição de um interessante manuscrito citado neste trabalho, hoje pertencente à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

² Coordenador adjunto do Grupo de Investigação da linha *Heritage, Culture and Tourism* do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto). Esta comunicação inseriu-se no seu programa de pós-doutoramento “Arte tumular do Romantismo em Portugal”, concluído em 2014 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do Programa Ciência 2008.

³ Licenciada em História pela Universidade Lusíada de Lisboa, mestranda em Arte, Património e Teoria do Restauro, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

conhecedoras dos novos modelos (nomeadamente, do emblemático Cemitério do Père Lachaise, em Paris). Isto porque, várias franjas da principalidade portuguesa, ainda que fossem ilustradas, eram também conservadoras.

Para alguém que detinha um carneiro tumular privativo na igreja de um convento, ver-se impedido de ali continuar a sepultar os entes-queridos, quebrando uma tradição, por vezes com séculos, implicava equacionar formas bastante diferentes de representar tumularmente essa mesma família, em novos espaços nos quais não haveria frades que rezassem sobre as sepulturas, e onde as obrigações de missas deixavam de poder ser cumpridas no preciso local onde repousavam os restos mortais. No caso de um jazigo privativo que fosse –ele próprio– o chão da capela de um solar, ainda mais radical se assumia a mudança para os cemitérios, pois as alegações higienistas baseadas no excesso de inumações e nos miasmas cadavéricos, não faziam muito sentido em capelas solarengas nas quais só se sepultava alguém de vários em vários anos, e onde não havia ofícios divinos com tanta regularidade como nas igrejas.

Em meados do século XIX, vários foram os membros da nobreza proprietária que solicitaram um regime de excepção à lei dos cemitérios públicos, de modo a poderem continuar a sepultar os seus mortos nas capelas anexas às suas casas nobres, e até mesmo em outros edifícios religiosos. Era uma forma de perpetuar a tradição, de persistir na afirmação de uma linhagem, contrariando a mudança inexorável dos tempos, destacando-se, assim, dos demais membros da nobreza e, sobretudo, dos novos titulares, que, à partida, muito mais facilmente assimilariam a ideia de mandar edificar um jazigo de família num qualquer cemitério, dando início a uma nova forma de representação familiar, no palco próprio da modernidade do século XIX, e do Romantismo em particular.

Mas isto não significa que apenas proprietários de solares com mentalidade altamente conservadora tenham procurado isentar-se da obrigação de passar a sepultar os seus mortos nos cemitérios românticos (públicos, ou privativos de irmandades), nem que aqueles que mandaram construir os primeiros jazigos de família nos novos cemitérios românticos tenham tido sempre a intenção de quebrar com padrões anteriores de memorialização dos mortos, nomeadamente com os padrões ligados à tumulação no interior de capelas de casas nobres. Os exemplos que se seguem, ainda que diferentes entre si, provam estas asserções.

O MAUSOLÉU DO 1.º DUQUE DE PALMELA

Em 1845, o 1.º Duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein, propôs à Câmara de Lisboa a construção de um jazigo num terreno seu, contíguo ao Cemitério dos Prazeres, o qual seria depois integrado no espaço cemiterial. Como contrapartida, cedia à Câmara uma área de terreno sobrando, que permitiria a ampliação do cemitério. Esta proposta foi aceite apenas em Março de 1847. Embora não tenha sido o único caso em Portugal de um terreno privado incorporado num cemitério como jazigo privativo, reflecte uma situação atípica, provavelmente também resultante do poder de negociação que tão bem caracterizou o 1.º Duque de Palmela. Por outro lado, o terreno que Pedro de Sousa Holstein afectou ao jazigo familiar era tão grande, que quase o podemos considerar como um pequeno cemitério privativo inserido num espaço cemiterial público. O modo como o próprio jazigo foi inteligentemente concebido, reforça esta impressão. Assim, surge-nos um mausoléu de inusitada escala, erguido no limite nascente do espaço de jazigo privativo, sendo a cota de todo o jazigo –mesmo na ampla área não edificada– bastante mais elevada que o restante cemitério, procurando afirmar a sua distinção, a sua solenidade. Apresenta-se como um espaço totalmente diferente do restante cemitério, ocupando uma área rectangular, toda cercada por gradeamento decorativo, tendo, na extremidade oposta ao topo onde se ergueu o mausoléu, um portão ladeado pelas armas familiares.



Fig. 1 – Portão de entrada no jazigo da família Palmela.



Fig. 2 – Jazigo da família Palmela, com o mausoléu ao fundo.

Nota-se que o projecto visava a criação de um espaço tumular autónomo face ao cemitério, ainda que claramente identificado, para que, quem passasse por ali, percebesse de imediato do que se tratava e a quem pertencia. A relação entre espaço interior e espaço exterior, dentro do próprio recinto do jazigo privativo, assim como a hierarquização dos espaços, fora e dentro do mausoléu que pontua no topo do recinto do jazigo, vamos encontrá-las também em quintas solarengas de períodos anteriores. Os muitos metros que se percorrem, desde o portão de ingresso no jazigo até à entrada do mausoléu propriamente dito, também replicam, numa escala mais reduzida, o percurso desde o portão de um qualquer cemitério até à capela mortuária. Trata-se de uma pequena alameda calcetada, ladeada por renques de ciprestes, por entre os quais encontramos sepultados alguns dos criados da Casa Palmela: de um lado, os do sexo feminino e, do lado oposto, os do sexo masculino, numa opção cenográfica de grande significado. Estamos perante uma transposição, para o espaço funerário, da própria estruturação formal da Casa Palmela, como espaço de sociabilidade.

O mausoléu dos Duques de Palmela, edificado em 1848-1849, é uma construção piramidal com estátua alegórica de remate e um pórtico dórico, cujo tímpano ostenta as armas dos Duques de Palmela e dos Condes da Póvoa. Precedendo o pórtico, vários degraus dão maior magnificência ao edifício funerário, reforçada pelo facto de o portão de acesso ao jazigo, na extremidade oposta do recinto, estar a uma cota inferior face ao embasamento da pirâmide. Esta, possui uma planta centrada, tendo o pórtico frontal correspondência nas restantes três faces da pirâmide, através de alas que ressaltam dos planos inclinados, com cornijas semelhantes à do pórtico principal, ornadas com o mesmo tipo de acrotérios e cruz de remate, mas sem tímpano ou entablamento. Os paramentos destas alas são lisos, cada qual com um janelão em



Fig. 3 – Mausoléu Palmela, podendo observar-se a diferença de cota entre o espaço do jazigo familiar e o restante cemitério.



Fig. 4 – Vista do recinto do jazigo Palmela, a partir do interior do respectivo mausoléu.

semicírculo. Estes janelões são vedados por grades de ferro com balaústres radiados, servindo como principal foco de iluminação para o interior do jazigo, embora existam também pequenos postigos ao nível do chão, que iluminam as escadas de acesso à cripta da pirâmide. Apenas na face posterior do mausoléu, este janelão é cego.

Ao entrarmos no mausoléu, temos um espaço semelhante ao de uma capela, onde se encontram as peças tumulares de maior relevância escultórica, várias delas posteriores à conclusão do mausoléu propriamente dito¹. Do lado direito do respectivo altar, uma escadaria leva-nos à cripta, onde se encontram sepultados, entre outros, os primeiros Duques de Palmela. Em volta da cripta, um corredor possui também gavetões nas paredes interiores, onde foram sendo depositados os restos mortais de outros membros da família. Importa mencionar que este mausoléu, nos primeiros anos, serviu muitas vezes como espaço de acolhimento temporário a restos mortais de amigos da família.

O jazigo Palmela deve ser encarado como um caso único no panorama da tumulária portuguesa de século XIX, quer arquitectonicamente, quer pelas peças artísticas que contém, quer ainda pelo modo como o recinto privativo foi adicionado ao Cemitério dos Prazeres. Em Portugal, e no que diz respeito ao século XIX, trata-se do maior jazigo em área, albergando o maior mausoléu em envergadura; situando-se no mais antigo e mais elitista dos cemitérios públicos de Lisboa. Apesar de o Cemitério dos Prazeres ter

¹ O mausoléu dos Duques de Palmela e os túmulos que existem no seu interior serão objecto de ulterior aprofundamento, visto ser esse o tema da dissertação de mestrado da co-autora desta comunicação.

servido de modelo para muitos dos cemitérios portugueses do centro e sul do país, o jazigo Palmela não tem paralelo em Portugal. É claro que a família Palmela era muito abastada e foi uma das mais influentes do Liberalismo em Portugal. Aliás, é sabido que o 1.º Duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein, era diplomata erudito e conhecedor das Artes, tendo procurado implementar no seu país ideias bebidas através do contacto directo com as cidades mais importantes da Europa.

Ainda assim, e apesar da defesa dos valores progressistas por parte do 1.º Duque de Palmela, podemos questionar-nos se a índole aristocrática enraizada foi o que tornou imprescindível a necessidade da criação de um “panteão familiar”, onde, à imagem do que acontecia com a Quinta do Calhariz, se ligasse aquele espaço só e unicamente à família Palmela, embora com toda a noção alargada de Casa associada ao jazigo privativo. Ou seja, aquilo que caracterizou a Casa enquanto conceito formal e também “reduzido da intimidade”, no século XIX é transposto para o espaço de memorialização dos mortos, embora assumindo no jazigo dos Palmela uma linguagem simultaneamente de índole familiar e também evocativa da casa nobre como espaço de sociabilidade bem hierarquizada, pelo modo como os criados receberam também sepultura em espaço próprio no recinto do jazigo a céu aberto. Neste aspecto, o jazigo dos Duques de Palmela é extremamente conservador, e este atavismo parece-nos estar bastante ligado ao modo como a ideia de Casa era ainda encarada pela nobreza titular tradicional, sobretudo por aquela nobreza que, dado o seu poder económico e influência, podia permitir-se a si própria tais extravagâncias no palco dos mortos.

O 1.º CONDE DO FARROBO E A UTILIZAÇÃO DO CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CASTANHEIRA COMO PANTEÃO FAMILIAR

A família Quintela do Farrobo destacou-se também entre as famílias do século XIX português, por ter sido uma das que detiveram maior fortuna, fortuna essa que o 1.º Barão de Quintela, Joaquim Pedro Quintela, soube reunir, e que o 2.º Barão de Quintela e 1.º Conde do Farrobo, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, soube desbaratar com classe. O 1.º Conde do Farrobo foi, pois, um argentário e mecenas tão ou mais influente do que o 1.º Duque de Palmela.

Também o 1.º Conde do Farrobo procurou constituir um jazigo familiar excepcional, em que, a despeito do seu perfil de investidor arrojado e cultivador das inovações tecnológicas, se notam atavismos próprios de modelos ligados à tumulação anterior ao Romantismo. Referimo-nos ao facto de o 1.º Conde do Farrobo ter constituído panteão familiar, não num cemitério, mas sim num convento por si adquirido, e já depois de criados os cemitérios públicos em Lisboa, onde vivia, parecendo-nos claro que os procurou evitar como espaço para colocação do jazigo familiar, tornando-se, assim, uma notória excepção.

Com a extinção das ordens religiosas, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo arrematou todo o Convento de Santo António da Castanheira, nas proximidades de Vila Franca de Xira, adaptando-o, por volta de 1845, a fábrica de fiação de seda. No entanto, curiosamente, chegou a correr a notícia de que a própria Duquesa de Palmela seria a arrematante do convento, atendendo à sua “*reconhecida piedade, e riqueza*”².

Supomos que não foi somente por motivos de ordem económica que o 1.º Conde do Farrobo adquiriu o mencionado convento. De facto, a igreja conventual foi logo depois muito beneficiada, com obras de restauro, a reposição do Santíssimo Sacramento, um novo órgão, entre outras benfeitorias, que inverteram o seu estado de ruína. Ora, o 1.º Barão de Quintela, Joaquim Pedro Quintela, no seu testamento de 1817,

² AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva – *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira (e outros escritos)*, coordenação, transcrição e estudo introdutório de João Bernardo Galvão Teles e Lourenço Correia de Matos. Lisboa: [s.n.], 2012 (policopiado).



Fig. 5 – Capela tumular da família Quintela do Farrobo, no Convento de Santo António da Castanheira.

pedira para ser sepultado na capela-mor da Igreja do Convento das Religiosas da Visitação (vulgarmente conhecido como Convento das Salésias), do qual tinha o padroado. Contudo, quando o Convento de Santo António da Castanheira foi comprado pelo filho, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo (1.º Conde do Farrobo), a construção da actual igreja do Convento das Salésias estava a iniciar-se. Joaquim Pedro Quintela do Farrobo pode ter considerado que a primitiva igreja das Salésias, incorporada na Fazenda Nacional, deixaria depois de ter o fim a que fora destinada e, portanto, era melhor opção constituir capela tumular privativa num convento que pertencesse integralmente à família, o qual, ainda por cima, ficava junto à Quinta do Farrobo, local de origem de um dos principais ramos da família e que dava nome ao vínculo. Aliás, o próprio Joaquim Pedro Quintela, certamente antes de instituir jazigo privativo na primitiva igreja das Salésias, havia proposto à Câmara de Vila Franca de Xira a reedificação, à sua custa, da Ermida de S. Sebastião, arruinada com o terramoto de 1755, com a condição de a capela-mor passar a ser seu jazigo privativo, o que não foi aceite, tendo esta capela sido posteriormente demolida³.

Ainda assim, se o Convento de Santo António da Castanheira ficava a menos de dois quilómetros do Palácio do Farrobo, por que motivo o seu filho, 1.º Conde do Farrobo, não instituiu capela tumular para a família na própria capela deste palácio? Seria para aproveitar o investimento no restauro do complexo conventual capucho? Seria para evitar que as autoridades civis viessem a impedir depois os enterramentos na sumptuosa capela do palácio, alegando o clausulado da lei dos cemitérios públicos (1835), visto o dito palácio não ser local tradicional de enterramento e servir sobretudo para vilegiatura?

³ Segundo AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva – *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira (e outros escritos)*, cit., p. 67.



Fig. 6 – Interior da capela tumular da família Quintela do Farrobo no Convento de Santo António da Castanheira.



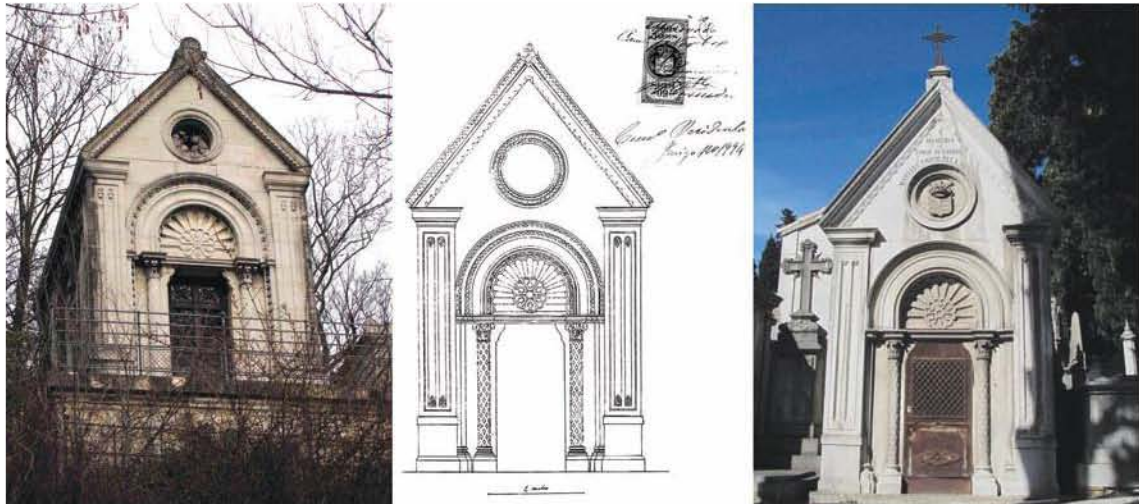
Fig. 7 – Outro aspecto do interior da capela tumular da família Quintela do Farrobo no Convento de Santo António da Castanheira, vendo-se o que resta do altar, e o acesso à sacristia.

Seja como for, uma impressionante e cenográfica capela tumular foi mesmo construída no Convento de Santo António da Castanheira, e a trasladação dos restos mortais, dos pais e de um filho do 1.º Conde do Farrobo, concretizada em Outubro de 1845. O cortejo foi todo planeado para ser impressionante e grave⁴.

Note-se que isto sucedeu cerca de um ano após a célebre lei de saúde pública de Costa Cabral que, em parte, destinava-se a reforçar o decreto de 1835 que estabeleceu os cemitérios públicos por todo o país e que não estava a ser cumprido (salvo em alguns núcleos urbanos maiores, menos conservadores ou mais expostos a influências externas). Esta lei, de 18 de Setembro de 1844, reiterava disposições do decreto de 1835, proibindo qualquer enterramento no interior das igrejas, mas exceptuando os casos em que, com licença do Governo, se estabelecesse “jazigo ou carneiro privativo em propriedades rurais distantes do povoado ao menos 800 passos”⁵.

⁴ Para aprofundamento, sobretudo quanto aos aspectos decorativos desta capela, veja-se QUEIROZ, J. Francisco Ferreira; SOARES, Catarina Sousa Couto – “Os túmulos românticos da família Quintela do Farrobo”. In *Cira*, 11, Vila Franca de Xira: 2011-2013; AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva – *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira (e outros escritos)*, cit., pp. 88-89.

⁵ Para aprofundamento, veja-se QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*, vol. 1, tomo 1. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2002, pp. 368-371.



Figs. 8A, 8B e 8C – À esquerda: Jazigo-capela do tenor e médico Pierre Antonin Perry (falecido em 1846) e de sua mulher, a Condessa Yulia Pahlen Samoilova (falecida em 1875), no Cemitério do Père Lachaise. Ao centro e à direita: Projecto para o jazigo-capela do 1.º Conde do Farrobo e a respectiva construção, no Cemitério dos Prazeres, sendo de notar a opção por colocar a pedra de armas no espaço originalmente concebido para ser um óculo de iluminação.

Portanto, o 1.º Conde do Farrobo até na sua igreja conventual da Castanheira poderia “*levantar o túmulo a seus Pais sem que ninguém com razão o arguisse de defeito, ou transgressão de ordem*”. Porém, e “*conformando-se*” com as leis vigentes “*em relação à sepultura dos mortos, não aproveitou para semelhante fim a igreja*”, mas “*outro local contíguo à mesma, e muito decente*”. Assim, foi na “*capela dedicada à Santíssima Virgem com o título do Rosário*” que o 1.º Conde do Farrobo estabeleceu o seu “*panteão familiar, depois das obras de restauro, pois, à imagem do restante Convento, o espaço em questão pouco mais era que ruínas*”⁶.

Contudo, o 1.º Conde do Farrobo, falecido em 1869, acabaria por ficar sepultado num jazigo-capela de dimensão mediana, no Cemitério dos Prazeres. De carácter neo-românico, e cópia – simplificada e de muito menor dimensão – de uma das mais imponentes capelas tumulares no Cemitério do Père Lachaise⁷, o jazigo-capela onde repousa o 1.º Conde do Farrobo terá sido erigido em 1872, a mando de Constança Lodi (muito provavelmente a madrastra da 1.ª Condessa do Farrobo), apesar de a inscrição na fachada da capela indicar: “*À memória do Conde do Farrobo / Mandado erigir pela sua viúva*”.

Ironicamente, o 1.º Conde do Farrobo ficou afinal sepultado num cemitério, pelo que o túmulo de família que mandou construir no Convento de Santo António da Castanheira acabou por ser uma tentativa falhada e anacrónica de replicar a ideia de Casa na vertente tumular, de acordo com cânones de épocas anteriores; falhada, não propriamente em termos estéticos, mas por não ter o jazigo de família perdurado no tempo com tal função.

⁶ AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva – *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira (e outros escritos)*, cit.

⁷ Este dado não era ainda conhecido aquando da publicação do artigo em que se aprofundam os aspectos decorativos desta capela (QUEIROZ, J. Francisco Ferreira; SOARES, Catarina Sousa – “Os túmulos românticos da família Quintela do Farrobo”...).



Fig. 9 – Cemitério de Anadia, jazigo-capela dos Marquesses da Graciosa.

A CAPELA TUMULAR DOS MARQUESES DA GRACIOSA, EM ANADIA

Outra edificação muito interessante e invulgar, no modo como evoca modelos anteriores associados à ideia de Casa, é a capela tumular dos Marquesses da Graciosa, no Cemitério de Anadia. Trata-se de uma das maiores do género existentes em Portugal⁸. Basta dizer que o seu comprimento equivale à largura de um dos talhões deste cemitério, situando-se sensivelmente a meio do dito cemitério. A capela foi edificada em calcário brando, filiando-se claramente no tipo de construções sepulcrais erigidas no Cemitério de Aveiro na mesma época.

Coroada por frontão triangular, com denticulado na cornija, o remate da capela dos Marquesses da Graciosa é ondulante, ornado com uma coroa de perpétuas e laçaria, em relevo. A decoração no tímpano do frontão é um mocho sobre uma foice e facho cruzados e enlaçados. Uma coroa de louro envolve o facho e, por debaixo da foice, dispõe-se uma urna do tipo ânfora grega, e uma ampulheta. A pedra de chave do portal está decorada com vegetalismos pronunciados e existem fogaréis nos remates dos cunhais, sobre uma cimalha. Nesta capela dos Marquesses da Graciosa, as pilastras clássicas caneladas e o rusticado nos vários paramentos são soluções claramente filiadas no estilo do canteiro ornatista Emídio Carlos Amatucci sendo de referir que o desenho da fachada da capela apresenta grandes semelhanças com a capela de Manuel José da Rocha Veloso, no Cemitério de Braga, cemitério esse onde Amatucci deixou uma marca ainda hoje visível.

Na base da cruz de remate da capela do Marquês da Graciosa existe uma saudade. A cobertura da capela – talvez também devido à sua grande dimensão – é um telhado de duas águas. No tardo, existe uma cruz de remate ao centro e dois pináculos, sem decoração gótica, rematando os cunhais. Note-se que o tardo é em alvenaria, ao contrário dos paramentos laterais que são em calcário, como na fachada principal. Esta solução por um material mais pobre justificava-se pelo facto de as traseiras da capela ficarem praticamente encostadas ao muro do cemitério, não sendo um local de passagem.

⁸ Esta capela tumular foi já abordada, e contextualizada, em QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal...*, vol. 1, tomo 2, pp. 562-564.



Fig. 10 – Cemitério de Anadia, fachada principal do jazigo-capela dos Marqueses da Graciosa.



Fig. 11 – Cemitério de Anadia, detalhe do portão do jazigo-capela dos Marqueses da Graciosa.

São dois os elementos exteriores que mais se destacam nesta capela, sendo claramente regionais. O primeiro é o portão, onde se lê que a capela foi mandada erigir pelo Marquês da Graciosa em 1879. Trata-se de um trabalho excepcional de ferro forjado, com pequenos elementos fundidos aplicados (flores), ao estilo da serralharia de Coimbra desta época. Porém, como complemento ao portão existe, pelo interior, uma chapa de ferro recortada em função do portão. Assim, no corpo dos batentes, esta chapa forma o recorte de uma grande cruz, colocada ao centro do portão. Na bandeira, a chapa é recortada em forma de rosetas, as quais reforçam ainda mais o efeito dos elementos vegetalistas nos varões em ferro. Apesar de não ser uma obra erudita, é um portão de extremo bom gosto e efeito estético notável, mesmo se excessivamente decorado para o tipo de fachada. A adição de chapa recortada a um portão é claramente uma solução local, repetindo-se em versão mais simples noutras capelas deste cemitério.

O segundo importante elemento estético do exterior da capela do Marquês da Graciosa é o par de janelões rasgando os paramentos laterais. Trata-se de uma solução original e também de carácter local, tendo sido até copiada numa outra capela deste cemitério. Cada um destes janelões – de formato semelhante ao do portal – possui bandeira em ferro forjado filiada na mesma estética do portão, embora mais simplificada. A razão da existência destes dois janelões terá sido a necessidade de iluminar o interior da capela, uma vez que a chapa de ferro aplicada ao portão não permite uma boa iluminação e o interior desta capela foi claramente concebido para ser observado a partir do exterior. Curiosamente, quem pretendesse ver os epitáfios teria precisamente de espreitar por estes janelões, que inviabilizavam a existência de gavetões nas paredes laterais: todas as lápides sepulcrais encontram-se individualizadas no chão, como se esta fosse uma capela particular solarenga e não um jazigo-capela familiar romântico.



Fig. 12 – Cemitério de Anadia, interior do jazigo-capela dos Marqueses da Graciosa.

O interior desta capela possui ainda outros aspectos decorativos de grande interesse. Assim, existe azulejo relevado, azul e branco, nas paredes laterais, bem como marmoreados pintados. A cabeceira é neoclássica, mas certas partes do altar denotam um gosto revivalista pelo rococó, nomeadamente o arco do nicho e duas mísulas *rocaille* onde foram colocados vasos, de ornato bastante elaborado. No nicho, existe um Cristo crucificado em pedra mármore, assente num calvário. Trata-se de um interior de capela sepulcral requintado, denotando uma vontade de ostentar pompa e, sobretudo, realçar os pergaminhos de nobreza da família, ao ser a capela concebida quase como se tivesse sido erigida numa velha quinta. É certo que o interior desta capela não é erudito, pois os azulejos relevados (apropriados a fachadas urbanas) e a simplicidade dos marmoreados lembram um gosto mais comum em burgueses endinheirados, e em brasileiros de torna-viagem. Porém, existem detalhes construtivos de boa qualidade, resultando num contraste singular. Trata-se, pois, de uma capela incontornável na nossa tumulária romântica.

Refira-se que o primeiro concessionário deste jazigo-capela monumental foi o 1.º Marquês da Graciosa, Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio Pereira de Figueiredo (Graciosa, 24 de Junho de 1808 – Anadia, 10 de Dezembro de 1889). Frequentou a Universidade de Coimbra, concluindo a formatura em Direito no ano de 1835⁹. Foi Par do Reino, Oficial-mor Honorário da Casa Real, Comendador de Cristo, Grã-cruz da Ordem da Conceição de Vila Viçosa, Grã-cruz da Coroa de Itália, 14.º Administrador do Morgado dos Giraldes (Idanha-a-Nova) e Alcaide-Mor de Monsanto. Visconde em 1840, foi elevado a Conde em 1852, e a Marquês em 1879.

⁹ Casou em 1836 com Maria José Caldeira Leitão Pinto de Albuquerque, tendo tido três filhos. Dois deles estudaram Direito em Coimbra, embora um tenha falecido ainda jovem. O outro viria a ser o 2.º Marquês da Graciosa. Uma filha, Maria Joana, viria a casar com o 1.º Conde de Foz de Arouce.

CONCLUSÃO

Nesta comunicação, centrámo-nos nas figuras do 1.º Duque de Palmela, do 1.º Conde do Farrobo, e do 1.º Marquês da Graciosa. Os dois primeiros foram dos mais abastados, progressistas e ilustrados mecenas dessa época, ao passo que o terceiro, também abastado, mesmo não tendo ficado conhecido propriamente como um homem de charneira, não deixou de se enquadrar na sua época, pelo que não estamos a falar propriamente de figuras altamente conservadoras da nobreza portuguesa.

Ainda assim, um mandou construir um quase cemitério privativo dentro de um cemitério público, organizando-o com uma forte noção de hierarquia, que não passava apenas pela família, mas também pela criadagem, mimetizando a noção de Casa; outro mandou construir um espaço tumular num convento extinto, tornado sua propriedade com fins essencialmente manufactureiros, evitando o recurso a cemitérios públicos de um modo inusitado, visto não poder alegar tradição anterior de enterramento por parte da família naquele espaço; e, finalmente, o outro, mesmo tendo mandado edificar um jazigo-capela num cemitério, optou por uma tipologia monumental que replicava de modo ostensivo as sepulturas no chão de capelas solarengas, marcando assim a diferença face aos outros jazigos-capela do cemitério. Em todos os casos, estão anacronicamente presentes evocações da casa nobre.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Renata – “Contributo para o estudo do jazigo da família dos Duques de Palmela, no Cemitério dos Prazeres”. In *Lusíada. Arqueologia, História da Arte e Património*, 2-4, 2004, pp. 309-319.
- AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva – *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira (e outros escritos)*, coordenação, transcrição e estudo introdutório de João Bernardo Galvão Teles e Lourenço Correia de Matos. Lisboa: [s.n.], 2012 (policopiado).
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA – *Synopse dos Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1845-1849 e 1852.
- CASCÃO, Rui – “A casa – simbologia e funções”. In *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, dir. José Mattoso, Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- FLORES, Francisco Moita (e outros) *Cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira – *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2002.
- QUEIROZ, J. Francisco Ferreira; SOARES, Catarina Sousa Couto – “Os túmulos românticos da família Quintela do Farrobo”. In *Cira*, 11, Vila Franca de Xira: 2011-2013.
- SOARES, Margarida – “Morte, arte e memória”. In *Aqua Nativa*, n10-11, Anadia: Câmara Municipal de Anadia, Setembro-Dezembro de 1996, pp. 49-65 e p. 50-53.
- VALDEZ, Ruy Dique Travassos – *Subsídios para a heráldica tumular moderna olisiponense*, 2 vols. Lisboa: Junta de Província da Estremadura, 1950. Separata do *Boletim da Junta de Província da Estremadura*.
- VIEIRA, Paula Cristina André dos Ramos Pinto – *Os cemitérios de Lisboa no século XIX: pensar e construir o novo palco da memória*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1999.